

# Mais verbas para a educação

José Carlos Azevedo

**S**e custo elevado equivalêsse a qualidade, o curso oferecido pela Escola Paulista de Medicina (EPM), mantida pelo MEC, seria um dos melhores do mundo pois, segundo o Ipea-Septan, cada um de seus alunos custou, em 1986, CZ\$ 274 mil 480, quantia equivalente a 21 mil 109 dólares por aluno por ano e portanto muito superior ao de um estudante da Universidade de Harvard, nos EUA, um dos melhores cursos de medicina hoje existentes. O aluno de uma boa universidade europeia custa bem menos de 10 mil dólares por ano.

Um importante documento divulgado pelo Ipea (Relatório Anual de Acompanhamento, Área de Educação, 1986) permite afirmar que, em 1987, o governo federal gastará cerca de 2,5 bilhões de dólares apenas para pagar o pessoal das escolas superiores por ele mantidas, onde as relações aluno/professor e aluno/servidor chegaram em 1986 a 7,08 e 3,84, equivalentes à ridícula relação de 2,48 alunos por funcionário (servidores mais professores). Duas escolas tinham mais funcionários do que alunos e na EPM havia três funcionários para cada aluno. Por isto, o sistema federal tem apenas 23,3% das matrículas do 3º grau, cabendo o restante aos Estados (11,1%), aos municípios (6,4%) e às escolas particulares (59,2%). Nossa contribuição para a pesquisa mundial é inferior a 0,5% e pode-se estimar que cada grupo de dez professores das escolas federais de nível superior publica apenas um trabalho de investigação original por ano.

Esses resultados não foram atingidos em prazo curto mas decorrem da decomposição lenta, através de décadas, talvez iniciada quando se entendeu que a União cuidaria do ensino superior, os Estados, do nível médio e aos municípios caberia o ensino de base. Uma vez que as verbas se concentram nas mãos do governo federal e que ele próprio estimula a expansão do

ensino superior ao exigir diplomas desse nível para o serviço público, pouco importando que haja arquivistas formados em biologia, é fácil concluir que as coisas só teriam chegado a outro fim se o Conselho Federal de Educação (CFE) tivesse sido rigoroso no reconhecimento de escolas.

A partir de março de 1985, alvissareiramente, foram anunciadas várias modificações no sistema de ensino, incluindo o Programa Nova Universidade, mas frustraram-se as expectativas, pois alguns resultados foram até piores que os de governos anteriores; no plano financeiro, por exemplo, segundo o relatório do Ipea, a distribuição de recursos, em termos percentuais, cresceu de forma bem diversa da anunciada e que previa prioridade para o ensino de base. Em 1985, em relação a 1984, foram as seguintes as variações: 1º grau, 48,8%; 2º grau, 5,1%; ensino superior, 37,3%, e outros 8,8%. Em 1986, em relação a 1985, foi assim: 1º grau, 28%; 2º grau, 13,4%; ensino superior 56,5%, e outros 2,1%. Registrou-se assim um ritmo de crescimento das verbas do 3º grau duas vezes superior ao do 1º grau e isso levou à seguinte distribuição final de recursos em 1986: 1º grau, 34,1%; 2º grau, 7,3%; ensino superior, 51,6%, e outros, 7%. Em 1986, o MEC também destinou 115,5 milhões de cruzados para os restaurantes de suas escolas de nível superior e apenas 172,5 milhões foram repassados, para todos os fins, para as escolas estaduais, municipais e particulares. Como se não bastasse, o número de graduados nessas escolas federais, em 1986, foi quase igual ao de professores: 44 mil 142 e 45 mil 788, respectivamente, e o CFE, no últimos dois anos, reconheceu 18 novas universidades, mas apenas uma delas tinha mais de 50 mil livros em sua biblioteca...

Tudo isso levou ao que muitos já sabiam e é confirmado no relatório do Ipea: a escolaridade média do nordestino chegou ao estarrecedor nível de 1,6 ano; no sudeste brasileiro, o habitante da zona urbana tinha o maior índice de escolaridade do país: 5,6

anos, três vezes menos do que a de países desenvolvidos... Talvez para amenizar esse problema tão dramático, o MEC gastou 1,1 bilhão de cruzados para publicar mais de 43 milhões de livros, mais de 1,5 milhão de manuais e 0,5 milhão de cartilhas, empreendimento de causar inveja a consórcio das maiores editoras do mundo, McGraw Hill, Mir, Mac Millan, Chicago e Oxford. Mas, paradoxalmente, referindo-se às unidades que visitou, diz o relatório do Ipea que "...72% das escolas não têm nenhum equipamento didático ou material de ensino..." A julgar pelo relatório do Ipea, há queixas sobre a qualidade desses livros e não falta quem diga que fazem proselitismo do marxismo vulgar.

Não há espaço para comentar outros aspectos desse importante documento cujo mérito não reside apenas na prodigalidade de informações mas em ser esta a primeira vez que um documento oficial afirma o que se sabia há muito: o sistema de ensino controlado pelo governo federal está falido e não há dinheiro suficiente para aprimorá-lo, sem que antes passe por mudanças profundas. A isso levou a política insensata de valorizar o ensino superior em detrimento da escola de 1º e 2º graus.

As características adquiridas não são transmissíveis hereditariamente, mas explica-se de outra forma a razão pela qual quanto menos se educa e se mantém o mesmo ambiente social, menos necessidade há de educar, e se explica também por que a falta de educação leva ao subdesenvolvimento e, cada vez mais, faz desnecessária a própria educação. Por isso, há no Brasil tamanhas disparidades e é portanto paradoxal que constituintes dos Estados mais pobres reivindiquem que a escola pública seja gratuita em todos os níveis, pois isso servirá apenas para agravar as disparidades já existentes, pois essa escola é destinada aos ricos, que estudam de graça, enquanto os pobres estudam nas escolas particulares, que são pagas.

## JORNAL DO BRASIL

Garantir vagas igualmente para todos os alunos, independentemente de categorias a que pertençam — de natureza econômica, entre outras — não é ideal distante pois há muito foi atingido em outros países, havendo várias formas de concretizá-lo. A gratuidade universal, que se pretende na nova Constituição, gera efeito perverso e amplia o mal que se pretende eliminar, o de evitar que só os ricos tenham acesso às melhores escolas da rede pública, enquanto os pobres, com suor do trabalho, pagam seus estudos em escolas particulares e nem sempre cursam as melhores. Uma maneira de resolver a tal questão estabelece que a matrícula nas escolas de 2º e 3º graus seja precedida pela inscrição do aluno no Imposto de Renda (IR); o estudante carente, aprovado para a escola particular, receberia uma bolsa do governo, estudaria de graça e, quando seu IR acusasse a existência de renda, ele ressarciria o governo, sem juros ou correção, no valor da bolsa atualizada, da escola em que estudou, e durante prazo igual ao da duração de seu estudo. Mais ou menos a mesma coisa ocorreria com o aluno carente aprovado na escola pública; os que entretanto pudessem pagar, na escola pública ou particular, pagariam diretamente, ou seriam descontados no IR. O aluno bolsista reprovado em escola particular perderia a bolsa e, na escola pública, além da bolsa, perderia a matrícula. O dinheiro arrecadado reverteria para o 1º grau, para bolsas no 2º e 3º graus e para outros fins previamente definidos. As vezes parece que não se faz a tão reivindicada "justiça social", apenas para deblaterar que ela não existe. Ou porque caridade fingida, às vezes, dá mais dividendos. Mais verbas para a educação brasileira, sem antes corrigir tão inacreditáveis vícios e distorções, implica agravar a situação existente e aumentar o fosso — que hoje já é mais apenas financeiro — existente entre ricos e pobres.